

Corregedora do CNJ, Eliana Calmon (ao lado do presidente da CCJ, Eunício Oliveira, e de Paulo Schmidt, da Anamatra): "PEC sobre independência do CNJ é essencial"



Ann Volpe/Senado Federal

Eliana Calmon: "Aposentadoria compulsória não é pena" 3

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVIII – Nº 3.607 – Brasília, quarta-feira, 29 de fevereiro de 2012



Projeto que combate guerra fiscal deve ter votação agilizada

Gerardo Magalhães/Senado Federal



Sarney recebe sindicalistas, empresários e industriais, que reclamam dos incentivos fiscais hoje oferecidos pelos estados

Ao receber sindicalistas e empresários, José Sarney se compromete a reunir líderes para acelerar criação de alíquota única de imposto para produtos importados

O presidente do Senado se comprometeu a reunir os líderes para garantir urgência à votação do projeto de resolução que cria alíquota única do ICMS de produtos importados. Sarney recebeu ontem dirigentes sindicais e empresários da indústria, que pediram agilidade para a aprovação da proposta. O projeto visa acabar com a guerra fiscal entre os esta-

dos, que brigam para oferecer a menor alíquota e atrair empresários. Os industriais alegam que os incentivos fiscais tornam muitos produtos importados mais baratos do que os brasileiros. O texto em análise na CCJ estabelece a redução gradativa das alíquotas para 2% até 2015, mas o governo sinalizou que pretende fixar a alíquota do ICMS em 4% já em 2012. 4

Câmara vota em março redivisão de royalties do petróleo 4

Márcia Kolumbe/Senado Federal



Para Rollemberg (2º à esq.), setor aéreo precisa equacionar "as dores do crescimento", enquanto Mollo (C) lembra que foram mais de 80 milhões de passageiros em 2011

Aprovada MP que compensou perdas da Lei Kandir 2

Audiência opõe senadores e companhias aéreas

O presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, José Márcio Monsão Mollo, disse ontem no Senado considerar

pequeno o número de reclamações sobre setor. "Vivemos em mundos diferentes", reagiu o senador Eduardo Braga. 7

Em debate, a decisão do TST sobre cadastro de devedores 7

José Cruz/Senado Federal



Altamir Lopes (E), Carlos Araújo e Alexandre Tombini, do BC, ao lado do presidente da CAE, Delcídio do Amaral

Currículo único na educação básica reunirá especialistas 6

Brasil deve crescer 3% este ano, prevê Banco Central

Alexandre Tombini, presidente do BC, disse ainda que inflação ficará no centro da meta, em 4,5%, e que juros baixarão. 5

Senado analisa incêndio na base brasileira da Antártica

Audiência pública promovida pelas comissões de Meio Ambiente, Relações Exteriores e Ciência e Tecnologia debaterá as causas do fogo que destruiu a Estação Comandante Ferraz, matando dois militares, além dos planos para a reconstrução. 8

Por meio de medida provisória, União repassou R\$ 1,95 bilhão a estados e municípios a título de compensação pelas perdas com isenção do ICMS sobre exportações determinada pela Lei Kandir

Plenário aprova repasse para compensar Lei Kandir

O REPASSE DA União de R\$ 1,95 bilhão a estados, Distrito Federal e municípios para fomento de exportações, feito por medida provisória (MP 546/11), foi aprovado ontem pelos senadores como projeto de lei de conversão (PLV 1/12).

O relator, Clésio Andrade (PR-MG), explicou que o repasse da União aos entes federados tem sido realizado desde 2004, como forma de compensar a isenção tributária do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações. Parte dessa compensação está definida pela Lei Kandir, e outra parcela vem sendo definida anualmente.

José Agripino (DEM-RN), Alvaro Dias (PSDB-PR), Mário Couto (PSDB-PA) e Aécio Neves (PSDB-MG) manifestaram



Clésio Andrade explica que valor refere-se a parte da perda tributária apoio à aprovação.

Alvaro Dias, no entanto, considerou os repasses feitos pela MP insuficientes. Na avaliação do parlamentar, o pacto federativo precisa ser urgentemente rediscutido, de modo a reabilitar a capacidade de investir dos estados. No

mesmo sentido, Mário Couto considerou injusto o montante de recursos repassados pela União ao Pará.

— O governo federal, com relação à Lei Kandir, faz o que quer. Todo mundo sabe que os repasses aos estados não são os realmente devidos. A nação teria alguns milhões de dívida com o Pará se a Lei Kandir fosse realmente cumprida.

A MP também trata de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em operações de financiamento a microempreendedores individuais e produtores rurais de municípios atingidos por desastres naturais. A proposta eleva de R\$ 1 bilhão para R\$ 1,5 bilhão o limite definido para esse tipo de financiamento concedido pelo banco.

Jayne Campos cobra pauta definida pelas lideranças

Como líder da Minoria, Jayne Campos (DEM-MT) cobrou urgência no cumprimento de acordo de lideranças quanto ao exame de projetos sobre segurança pública, Fundo de Participação dos Estados (FPE), incentivos fiscais, alíquotas de ICMS e divisão dos royalties de petróleo.

— Procuraremos incessantemente cobrar o cumprimento dos acordos firmados para que a pauta possa fluir.

O senador assinalou que as reformas política, previdenciária e tributária, a revisão do pacto federativo e mudanças na tramitação das medidas provisórias são prioritárias e



Senador lembra acordos realizados

devem receber a devida atenção do Congresso. O fato de serem temas difíceis não deve inibir o Parlamento, disse.

Zona Franca de Manaus completa 45 anos

Os senadores da bancada do Amazonas falaram, no Plenário, sobre os 45 anos da Zona Franca de Manaus, completados ontem.

— A zona franca é um modelo de desenvolvimento regional de relevância estratégica para a economia do Brasil. Além dos ganhos econômicos e sociais, o polo contribui para a preservação do meio ambiente e para conter o desmatamento da Amazônia — assinalou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A Zona Franca de Manaus teve em 2011, segundo a senadora, faturamento superior ao produto interno bruto (PIB) de

países como Panamá, Bolívia e Paraguai.

Na visão de Alfredo Nascimento (PR-AM), trata-se de uma das instituições mais importantes do governo federal, por ser um modelo economicamente sustentável.

— É a conciliação entre a visão ousada de um país e o respeito ao meio ambiente. A zona franca é o principal vetor de desenvolvimento para a região e para o Amazonas — afirmou.

Eduardo Braga (PMDB-AM) disse que os resultados econômicos da região comprovam o sucesso do projeto.

De janeiro a novembro de

2011 o polo industrial teve faturamento de US\$ 38,19 bilhões — um acréscimo de 18% em relação ao mesmo período de 2010.

— O polo industrial de Manaus é, sem dúvida, o modelo de sustentabilidade mais bem-sucedido do governo brasileiro. Não é à toa que, além de gerarmos tanto desenvolvimento econômico e social, estamos preservando com êxito a mais importante biodiversidade do planeta — afirmou o parlamentar.

De acordo com Braga, a zona franca gera 125 mil empregos diretos e outros 475 mil empregos indiretos.



Vanessa: zona franca é modelo



Nascimento: economia e ambiente



Braga: projeto de sucesso do governo

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h15 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Indústria de defesa e cadeia do café

14h O PLV 2/12, que cria regime tributário especial para incentivar a indústria de defesa, e o PLV 3/12, que estabelece incentivos tributários para o café não torrado e outros produtos da cadeia, continuam trancando a pauta da sessão deliberativa.

Presidência Encontro com ministra

12h O senador José Sarney recebe o professor Clóvis Brigagão; às 12h30, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Ideli Salvatti, e a bancada do Amapá; às 16h, preside a ordem do dia.

Fórum Saúde ocular

8h O Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) promove hoje, no Auditório Petrônio Portella, o Fórum Nacional de Saúde Ocular, com apoio do Senado, da Câmara dos Deputados, do Ministério da Saúde e do governo federal.

CCT Telefonia para pessoas com deficiência

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática realiza audiência pública sobre o projeto que obriga as prestadoras de serviços de telecomunicações a oferecer planos para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala. Entre os convidados para o debate, o superintendente de Serviços Privados da Anatel, Bruno Ramos.

Aviação Civil Eleição do vice de subcomissão

9h Eleição do vice-presidente da Subcomissão de Aviação Civil e votação de requerimentos para realização de audiências públicas sobre o planejamento estratégico do setor com representantes da Agência Nacional de Aviação Civil e da Secretaria de Aviação Civil.

CAS Limites para empréstimos consignados

9h Projeto na pauta da Comissão de Assuntos Sociais estabelece que o desconto para pagamento de empréstimos e financiamentos consignados concedidos a idosos será limitado a 20% da remuneração para quem recebe até três salários mínimos.

CE Audiência com Mercadante

10h O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, participa de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para expor os planos e as diretrizes do ministério para os próximos anos.

CCJ Recursos judiciais

10h Está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania proposta de emenda constitucional que transforma os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias, com objetivo de evitar a apresentação de sucessivos recursos e retardar a decisão final sobre ações judiciais. Também na pauta, projeto estabelecendo que o portador de doença grave que solicite prioridade no andamento de processo judicial ou administrativo do qual seja parte ou interessado poderá ficar livre de provar sua condição para requerer o benefício.

CMA Ministra do Meio Ambiente e Rio+20

10h A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participa de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para debater a posição do Brasil no encontro Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável que será realizada em junho no Rio de Janeiro.

CRA Situação dos brasiguaios

15h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ouve o embaixador do Brasil no Paraguai, Eduardo dos Santos, sobre a situação dos brasiguaios, brasileiros que vivem na fronteira com o Paraguai.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Corregedora do CNJ pede que proposta em tramitação no Senado inclua condenações mais severas a juízes considerados culpados, como demissão e perda da aposentadoria

Aposentadoria compulsória de juiz não é pena, diz Eliana Calmon

A CORREGEDORA DO Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Eliana Calmon, defendeu que a proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata dos poderes do CNJ inclua penas mais severas para juízes considerados culpados em casos de irregularidades.

Pelo texto atual da PEC, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, o CNJ só pode punir os juízes com advertência, censura, remoção, disponibilidade e aposentadoria compulsória.

A proposta em questão é a PEC 97/11, de autoria de Demóstenes Torres (DEM-GO).

Demóstenes não incluiu as penas de demissão e cassação de aposentadoria porque o Senado já havia aprovado proposta com essa previsão, em 2010 (PEC 89/03). Essa PEC, no entanto, está “dormindo” nas gavetas da Câmara dos Deputados, afirmou o senador.

— É importante mexer nessa pena. A sociedade não se conforma que a aposentadoria compulsória seja uma pena — declarou Eliana Calmon, em audiência pública ontem na CCJ.

A corregedora também se disse contrária à intenção de assegurar foro privilegiado aos membros do CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), como estabelece a PEC. Para ela, foro especial é “um

absurdo” e “uma excrescência”, feito para o processo não andar.

Poder para investigar

Apesar de sugerir mudanças no texto, Eliana Calmon disse que a aprovação da PEC — que explicita a competência do Conselho Nacional de Justiça para investigar juízes sem depender das corregedorias locais — é essencial para garantir o bom funcionamento do CNJ.

— A competência concorrente é o que dá toda a força ao CNJ — disse.

Para ela, a PEC assegura a autonomia do CNJ, que já foi decidida liminarmente pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas corre o risco de ser revista, já que a vitória foi por pequena vantagem (6 votos a 5), ou então modificada na Lei Orgânica da Magistratura.

A ministra ressaltou a importância de tal prerrogativa por ser “muito difícil o próprio tribunal julgar os seus”.

A corregedora também negou que a Corregedoria Nacional de Justiça (que faz parte do CNJ) seja um “tribunal de exceção” para juízes. Ela explicou que denúncias são investigadas sigilosamente e, quando aceitas, os acusados têm direito a defesa.

Após a reunião, o autor da PEC, Demóstenes Torres, disse que conversará com o relator na CCJ, Raulo Rodrigues (PSOL-AP), para incluir

na PEC modificações sugeridas pela corregedora.

Presente na audiência, o juiz Paulo Schmidt, vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e um dos primeiros integrantes do CNJ, disse que a categoria apoia a aprovação da PEC 97/11.

Ele ressaltou, porém, que o conselho também precisa defender a independência dos juízes.

— Os juízes esperam muito do CNJ. Não só na questão disciplinar, no cumprimento de metas, na busca de eficiência, mas também na defesa da independência do juiz — afirmou.

A competência do CNJ para investigar e punir juízes foi questionada no Supremo Tribunal Federal por iniciativa de juízes representados pela Associação dos Magistrados do Brasil.

Visita a Sarney

Depois da audiência, Eliana Calmon visitou o presidente do Senado, José Sarney. Demóstenes Torres acompanhou a visita e disse que era uma honra para o Senado receber a corregedora.

Na visão dela, a sociedade já abraçou o Conselho Nacional de Justiça como uma forma de levar mais democracia ao Poder Judiciário.

— A sociedade já entendeu que o CNJ é uma instituição que representa a cidadania — ela declarou.

Corregedora aponta juízes “vagabundos”

Eliana Calmon, corregedora do CNJ, disse que é importante “separar o joio do trigo”. De acordo com ela, os bons juízes acabam sendo ofuscados pelos maus, que não passam de “uma meia dúzia de vagabundos infiltrados”.

— Os magistrados que não honram a toga se misturam com os de boa cepa, os bons magistrados, que são mais numerosos. Precisamos, sim, combater esses poucos, para que os bons apareçam, para não ser confundidos pela sociedade.

A ministra fez a afirmação em entrevista a audiência pública no Senado. Ela afirmou que as atividades disciplinares do CNJ são importantes, principalmente num momento em que o Poder Judiciário enfrenta “esgarçamento ético bastante acentuado”. Além disso, declarou, as corregedorias locais não estão suficientemente preparadas para fiscalizar os juízes.

Segundo lembrou, é difícil punir os iguais, principalmente se o juiz acusado for simpático, “malandro”, sedutor. Muitas vezes os bons juízes se calam na hora do julgamento porque são incapazes de se indispor com seus colegas, acrescentou.

Ferraço quer mais poderes para o CNJ

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) elogiou a participação de Eliana Calmon na discussão da PEC 97/11. Segundo o senador, a corregedora “foi direto ao ponto”.

— O CNJ tem competência concorrente e não subsidiária à dos tribunais — salientou.

Ferraço defendeu a possibilidade de perda do cargo de juiz em caso de improbidade e pediu a aprovação da PEC 15/11, de sua iniciativa, que restringe as possibilidades de apresentação de interposição de recursos que protelem o desfecho dos processos judiciais.

A corregedora Eliana Calmon (E) participa de audiência pública acompanhada dos senadores Marta Suplicy e Eunício Oliveira



Ann Volpe/Senado Federal

Alcineira Mantz/Senado Federal

Couto critica gastos do governo com festas



Mário Couto (PSDB-PA) reprovou ontem o valor gasto pelo governo federal com festividades no Palácio do Planalto. O senador informou que, em 2011, essas despesas chegaram a

R\$ 54 milhões, segundo a ONG Contas Abertas. Esse dinheiro, para ele, poderia ter sido gasto com saúde, educação ou melhores aposentadorias.

— Se somarmos os cinco últimos anos, nós já temos um aumento de mais de 300% nos gastos com festividades. É muita festa no palácio — protestou.

Mozarildo lamenta falta de concurso em Roraima



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou que o governo de Roraima abriu seleção para contratar 233 profissionais para a secretaria estadual de Saúde, sem concurso público.

De acordo com o senador, o processo seletivo é para contratos temporários sem direitos trabalhistas como férias, 13º salário e adicionais noturno e de insalubridade. Apenas 23 médicos se inscreveram, segundo Mozarildo.

Para ele, esses fatos mostram descaso com a saúde pública no estado.

Suplicy quer valorizar a magistratura de 1º grau



Para “evitar que interesses corporativos se sobreponham ao bom andamento da Justiça”, Eduardo Suplicy (PT-SP) quer permitir a participação de juízes vitalícios de primeiro grau na

eleição dos presidentes dos tribunais estaduais e dos regionais federais. O senador anunciou que está coletando as assinaturas para apresentar a PEC e informou que a medida, sugerida pelo juiz Moisés Anderson, de Mato Grosso do Sul, é defendida pela Associação de Magistrados Brasileiros (AMB).

Alvaro: disputa no BB revela governo do PT



O Banco do Brasil é o “exemplo mais vistoso” da forma de governar do PT, opinou Alvaro Dias (PSDB-PR), referindo-se a notícias sobre suposta disputa entre facções do PT

pelo comando do banco e do fundo de pensão Previ.

— O novo escândalo no Banco do Brasil é apenas o mais recente na seara do Ministério da Fazenda, de Guido Mantega — criticou o senador, que lembrou denúncias recentes envolvendo a Casa da Moeda e a Caixa.

Sindicalistas e empresários pedem agilidade para uniformizar alíquotas nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados. Sarney anuncia reunião para decidir antecipação da votação

Líderes debatem urgência para projeto sobre ICMS

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, afirmou ontem que reunirá o colegiado de líderes para garantir urgência à votação do projeto de resolução (PRS 72/10) que uniformiza as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior. Sarney recebeu dirigentes sindicais e empresários da indústria, que pediram agilidade.

— Vamos antecipar a votação desde que as lideranças aceitem estabelecer urgência urgentíssima — disse.

Para Sarney, a união entre empresários e trabalhadores pela proposta demonstra o amadurecimento do país.

O objetivo do projeto, de autoria de Romero Jucá (PMDB-RR), é combater a guerra fiscal causada pelos incentivos concedidos por alguns estados para atrair empresas. O texto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), estabelecendo redução gradativa das alíquotas para 2% até 2015, mas o governo já sinalizou que pretende fixar a alíquota do ICMS em 4%, sem período de transição, já em 2012.

— A ideia é que agora em março façamos audiências conjuntas da Comissão de Assuntos Econômicos e da CCJ e, até o fim do mês, tenhamos condição de votar — disse.

Segundo Jucá, a concessão de créditos do ICMS gera distorções, já que estados de origem acabam transferindo parte do ônus a estados de destino.

— Estamos negociando com a equipe econômica do governo compensações para estados como Santa Catarina e Espírito Santo — afirmou Jucá, citando estados que têm manifestado preocupação com a aprovação do projeto.

Para senadores, proposta fortalece indústria nacional

O risco de o Brasil voltar a ser só exportador de matérias-primas foi apontado por Armando Monteiro (PTB-PE), ao comentar o projeto que uniformiza as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com importados.

— Temos a mais importante plataforma manufatureira da América Latina, não podemos voltar a ser apenas exportadores de *commodities* — alertou.

Para o senador, a “presença avassaladora” de importados está desestabilizando a indústria nacional, que ficou “praticamente estagnada” em 2011, e o PRS 72/10 “atenua esse problema”. Ele reconheceu, no entanto, que “mecanismos compensatórios” podem ser necessários para que a população dos estados com economia mais voltada para a exportação não seja prejudicada, pois suas arrecadações tributárias serão diminuídas.

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), também apoiou a reivindicação dos industriais e sindicalistas.

— Não podemos concordar

com o esvaziamento da indústria nacional. O país precisa fortalecê-la — defendeu.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), o projeto se insere num contexto mais amplo de revisão das relações federativas.

— Sarney fez a leitura correta e está propondo uma comissão externa de especialistas para rediscutir o pacto federativo — afirmou.

A aprovação da matéria também foi defendida pelo líder do PTB, Gim Argello (DF), e por Ana Amélia (PP-RS).

Já Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator da matéria na CCJ, disse duvidar que a medida traga contribuições positivas para o país. Ele citou o caso do Espírito Santo, dizendo que as importações e exportações realizadas por meio dos portos capixabas são responsáveis por um terço da arrecadação de ICMS do estado.

Wellington Dias (PT-PI) afirmou que o projeto precisa ser debatido com mais profundidade, e que os interesses dos empreendedores e dos consumidores brasileiros precisam ser levados em conta.

Sindicalista alerta que guerra fiscal corta empregos

O presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), e os representantes da indústria nacional e paulista apontaram que a guerra fiscal entre os estados beneficia a importação e leva à desindustrialização e à perda de empregos. Nesse quadro, a decisão de dar urgência à proposta no Senado

é um alívio para a indústria e para trabalhadores que estão perdendo empregos, segundo o deputado.

Robson Andrade, da CNI, declarou que, “ano passado, tivemos um déficit da indústria manufatureira de US\$ 90 bilhões”. Paulo Skaf, da Fiesp, reforçou que o projeto beneficia o produtor brasileiro.



Gerardo Magalães/Senado Federal

Sarney recebe Marco Maia e governadores: PEC 300 também preocupa

Câmara deve votar em março redistribuição dos royalties

O projeto que visa redistribuir os royalties provenientes da exploração do petróleo deve ser votado pela Câmara até a terceira semana de março, segundo o presidente da Casa, deputado Marco Maia. O acordo foi feito após encontro entre Maia, o presidente do Senado, José Sarney, e um grupo de dez governadores que veio ao Congresso pedir agilidade na votação.

O PL 2.565/11 deve ser votado depois que os deputados limpem a pauta trancada por medidas provisórias.

— A prioridade número um da Câmara neste primeiro semestre é a votação dos royalties. Para isso, temos que liberar a pauta das medidas

provisórias e construir um acordo político — afirmou.

O senador Wellington Dias (PT-PI) enfatizou a sintonia das reivindicações trazidas por prefeitos e governadores com a pauta do Congresso. Para ele, os parlamentares mostraram as dificuldades de equilibrar receitas e despesas trazidas por recentes mudanças.

— Há a necessidade de se buscar alternativas para garantir o equilíbrio — afirmou.

Os governadores mostraram-se preocupados também com a possível aprovação da PEC 300, que fixa piso salarial nacional para policiais e bombeiros, e pediram para que o projeto não seja votado.

Crivella: reunião entre líderes e governadores foi improdutiva

Marcelo Crivella (PRB-RJ) classificou de improdutiva a reunião de governadores com líderes partidários no Congresso, ontem. Segundo



Gerardo Magalães/Senado Federal

ele, mais uma vez a divisão de royalties do petróleo está sendo apontada como solução para sanar contas impagáveis pelos estados e municípios.

— Eles disseram que não há como cumprir [os percentuais mínimos destinados à saúde] a Emenda 29, nem o piso nacional dos professores,

que agora é de cerca de R\$ 1.400.

Também não querem que seja votada a PEC 300, que cria o piso nacional dos policiais — afirmou Crivella.

O senador disse que os governadores apontam os royalties contratados como forma de fechar o balanço. Muitos deles, acrescentou, levam em conta o relatório de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que afirma que o Rio de Janeiro não perderia com a maior partilha de recursos.

Comissão aprova ZPE no município de Lucena, na Paraíba

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem projeto que cria zona de processamento de exportação (ZPE) em Lucena, Paraíba. A matéria ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Wellington Dias (PT-PI) manifestou-se contrário à proposta (PLS 93/09) por entender que ela contraria a legislação em vigor, segundo a qual lei autorizativa como essa seria da competência de estados e

municípios e caberia ao Conselho das ZPEs autorização para a criação de mais uma.

Já Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator na CDR e favorável ao

projeto, citou parecer do ex-senador Josaphat Marinho (1915–2002) segundo o qual o Legislativo pode apresentar uma indicação ou sugestão ao

Executivo que, então, tomará a decisão final.

— É a Receita Federal que não quer nenhuma ZPE funcionando — disse o senador.

Ana Amélia (PP-RS), Lauro Antônio (PR-SE) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) acompanharam o entendimento do relator. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) propôs audiência pública sobre o assunto.

A CDR também aprovou ontem o PLS 170/11, de Eduardo Braga (PMDB-AM), que altera o prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do Imposto de Renda e adicionais nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene.



Luiz de Paula/Senado Federal

Criação de novas zonas de processamento de exportação gera debate na CDR, presidida pelo senador Benedito de Lira (D)

Indicação para diretoria da CVM vai a Plenário

A CAE aprovou a indicação de Roberto Tadeu Antunes Fernandes para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão oficial que disciplina, normatiza e fiscaliza o funcionamento desse setor. A decisão final cabe agora ao Plenário.

Roberto Tadeu Fernandes ingressou na CVM por concurso público, no cargo de inspetor. Desde 2004, Fernandes é responsável pela coordenação e pela supervisão das atividades executivas no órgão, na função de superintendente-geral, conforme destacado no relatório de Lindbergh Farias (PT-RJ).

CMA rejeita ouvir empresário sobre Casa da Moeda

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) rejeitou requerimento para o comparecimento de José Martins, presidente da empresa Witt, que teria provas de movimentação financeira irregular no exterior atribuída a Luiz Felipe Denucci, ex-presidente da Casa da Moeda. A proposta era de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), encaminhou voto contrário ao requerimento. Assim como Aloysio, Cícero Lucena (PSDB-PB) se disse preocupado com a decisão da CMA de não exercer sua função fiscalizadora.

Plenário aprova dois empréstimos junto ao BID

O Plenário aprovou ontem duas autorizações de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que favorecem o estado do Amazonas (US\$ 280 milhões) e o município do Rio de Janeiro (US\$ 150 milhões). Os projetos haviam sido aprovados mais cedo pela CAE.

O empréstimo a favor do Amazonas permitirá a continuidade do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim 3), enquanto o do município do Rio de Janeiro será destinado à realização da segunda etapa do Programa de Urbanização de Assentamentos Populares (Proap).

Em audiência no Senado, presidente do Banco Central também afirmou que inflação de 2012 deve atingir o centro da meta: 4,5%

Tombini prevê crescimento de 3% e maior redução na taxa de juros

O BRASIL DEVE crescer 3% este ano, de acordo com previsão feita ontem pelo presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Com essa taxa, segundo ele, o país cresce abaixo de seu potencial e leva o BC a reduzir a taxa de juros. A taxa Selic, que era de 12,5% ao ano em julho de 2011, caiu para 10,5% em janeiro de 2012.

Durante a audiência presidida por Delcídio do Amaral (PT-MS), Tombini apontou convergência do baixo crescimento com a redução da inflação, a qual, segundo as

previsões do dirigente, deverá fechar este ano no centro da meta de 4,5%.

A redução da Selic segue a tendência internacional. Tombini afirmou que os bancos centrais responsáveis pela emissão das principais moedas de reserva sinalizam a manutenção de juros em patamares historicamente baixos. O Federal Reserve, dos Estados Unidos, por exemplo, projeta taxas de zero a 0,25% ao ano, até 2014.

Os programas de expansão monetária adotados pelos bancos centrais dos Estados Unidos, da Zona do Euro, do Reino Unido e do Japão

alimentaram um cenário definido por Tombini como de “menor aversão ao risco” em nível global. Como consequência, acrescentou, houve retomada do fluxo de capitais para economias emergentes.

Mesmo assim, o presidente do Banco Central apontou fatores de risco, representados por endividamento excessivo das economias europeias, recessão na Zona do Euro, pouca força na recuperação dos Estados Unidos e redução do crescimento da China e dos países emergentes.

Para enfrentar turbulências, Tombini disse que o Brasil

continuará adotando uma política baseada em metas de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante.

A “moderna regulação do sistema financeiro nacional”, disse, tem sido essencial para a estabilidade. Dirigindo-se a Francisco Dornelles (PP-RJ), Tombini afirmou que o Brasil deseja que o mundo adote a Basileia 3 — conjunto de propostas de regulamentação bancária das maiores economias do mundo, para reforçar o sistema financeiro após a crise de 2008.

— Nosso sistema não terá dificuldade para se adaptar a esses regulamentos — disse.



Em audiência presidida por Delcídio, na Comissão de Assuntos Sociais, Tombini (3º à dir.) diz que o Brasil cresce abaixo de seu potencial, levando o BC a reduzir a taxa de juros

Operações do BNDES preocupam Aloysio Nunes

Ao questionar o presidente do BC, Alexandre Tombini, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) comparou as operações bancadas pelo Tesouro Nacional no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com a conta-movimento do Banco do Brasil. Extinto em 1986, esse mecanismo de suprimento automático com recursos do Tesouro era apontado como um obstáculo à ação do BC, por desordenar as finanças públicas. Hoje, disse Aloysio Nunes, o Tesouro capta recursos no mercado e repassa ao BNDES e, nessa condição, detém 49,2% do passivo do banco. Apenas um tomador desses empréstimos — a Petrobras — acumula dívidas correspondentes a 67% do patrimônio líquido do BNDES, advertiu.

O senador questionou Tombini quanto a eventuais riscos para o sistema financeiro em

operações desse tipo e perguntou se elas seguem os acordos de Basileia, que normatizam os procedimentos bancários no mundo. Tombini disse que o BC observa todos os requisitos da “regulação prudencial” e exige dos bancos demonstração de capacidade de absorção de perdas, com provisão para devedores duvidosos. Quanto ao BNDES, Tombini explicou que houve no período de 2010 a 2011 uma moderação na concessão de crédito que ajudou inclusive no controle da inflação.

Aloysio Nunes também questionou Tombini sobre os riscos para o sistema financeiro da suposta guerra travada entre dirigentes do Banco do Brasil e do fundo Previ. Tombini observou que o BC tem equipes dedicadas exclusivamente à questão da governança e da reputação nas instituições bancárias.

BC vai monitorar operações de crédito acima de R\$ 1 mil

Informações sobre empréstimos de pessoas físicas e jurídicas com valor superior a R\$ 1 mil vão alimentar sistema de dados do Banco Central a partir do próximo dia 2 de abril. O objetivo é permitir que os bancos tenham como avaliar a capacidade de pagamento dos clientes. Além de aumentar a segurança do sistema financeiro e a solvência da economia como um todo, a medida poderá contribuir para a queda das taxas de juros nas operações de menor risco.

O aperto na vigilância sobre os empréstimos foi anunciada pelo presidente do BC, Alexandre Tombini. Hoje, esse banco de dados só reúne informações de operações superiores a R\$ 5 mil.

A redução desse limite, conforme Tombini, permitirá ao BC o monitoramento de 150 milhões de novas operações, com “mais qualidade nas infor-

mações” usadas pelos bancos no momento da concessão do crédito.

Tombini fez o anúncio diante da cobrança de Armando Monteiro (PTB-PE) de medidas efetivas para a redução do *spread*, a diferença entre a taxa que o banco paga na captação de recursos e a que cobra do tomador de empréstimos.

Além disso, o presidente do BC anunciou a criação de central de cessão de crédito e a liberação de compulsório com a finalidade de facilitar a aquisição de créditos de instituições bancárias de menor porte. O objetivo de ambas as medidas é aumentar a competição entre os bancos.

Tombini destacou também o impacto do cadastro positivo, já aprovado pelo Congresso, na redução do *spread* bancário, mas reconheceu que ainda há muito o que fazer para diminuir os custos dos empréstimos.

Subcomissão Temporária de Redução da Pobreza começa em março plano de trabalho que inclui audiências públicas e visita aos estados para conhecer experiências bem-sucedidas e problemas graves

Ministra falará ao Senado sobre Brasil sem Miséria

A SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza fará audiência em março para ouvir a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. O encontro, com data a ser definida, vai abrir plano de trabalho aprovado ontem para acompanhar o cumprimento das metas do Programa Brasil sem Miséria, direcionado a brasileiros com renda familiar de até R\$ 70 por pessoa.

De acordo com o presidente da subcomissão, Wellington Dias (PT-PI), os parlamen-



Wellington Dias também quer ouvir autarquias e empresas públicas

tares vão atuar em três focos principais: trabalho e renda, educação e longevidade.

— Autarquias, empresas públicas e ministérios como os da Educação, das Cidades, da Saúde e do Desenvolvimento Agrário serão ouvidos — explicou o senador.

A subcomissão, criada em março de 2011 no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, pretende ainda visitar estados para conhecer experiências bem-sucedidas e problemas graves. Ângela Portela (PT-RR) destacou que isso vai permitir identificar locais onde a assistência do governo não está chegando, como ocorre na região Norte.

CPI da Violência contra a Mulher vai visitar estados

Na segunda reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, ontem, deputados e senadoras apresentaram sugestões para o plano de trabalho. A deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), presidente da CPI, sugeriu priorizar atividades nas capitais dos estados, com cooperação das universidades e autoridades locais.

A relatora da CPI, Ana Rita (PT-ES), destacou o índice de

homicídios de mulheres no país, superior à média mundial, e a verificação de que quatro em cada dez mulheres já foram vítimas de violência doméstica.

— Se uma mulher procura um órgão público e faz o registro de sua queixa e acaba sendo assassinada, alguma coisa ali não está funcionando muito bem. É isso que a CPI deve buscar entender — disse a senadora.



Ana Rita, relatora da CPI, ressalta o combate à violência doméstica

Simon destaca eventos religiosos para a juventude no Carnaval

Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou os festejos, ritos e debates realizados por igrejas durante o Carnaval. O Rebanhão, por exemplo, realizado pela Renovação Carismática Católica no ginásio Nilson Nelson, em Brasília, reuniu 15 mil jovens e promoveu “um debate atual”. Simon se disse preocupado com a falta desses debates de formação dos jovens nas escolas.

Sérgio Souza pede que governo se empenhe na ajuda aos brasiguaios

Sérgio Souza (PMDB-PR) disse que Brasil e Paraguai precisam afinar os diálogos diplomáticos para garantir os direitos dos mais de 350 mil brasileiros que vivem em território paraguaio. Os brasiguaios estão sofrendo com ameaças de invasão a suas terras e expulsão do país. As relações diplomáticas entre os dois países, afirmou ele, não podem ser abaladas.

Ana Amélia afirma que crimes demonstram banalização da violência

Ana Amélia (PP-RS) lamentou crimes ocorridos no fim de semana em Brasília e em Recife. Em um dos crimes, em Brasília, dois moradores de rua foram queimados enquanto dormiam — um morreu. Na avaliação da senadora, episódios como esse podem ter origem na banalização da violência, o que exige resposta rápida e dura da sociedade.

Para Waldemir Moka, fronteiras continuam abertas ao tráfico

Recente auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o combate ao tráfico e o consumo de drogas no Brasil mostra que o tráfico continua intenso, destacou ontem Waldemir Moka (PMDB-MS). — A quantidade de servidores da Polícia Federal na região de fronteira, de acordo com a auditoria, tem se mostrado insuficiente — resumiu.

Reordenamento escolar na Paraíba põe crianças em risco, diz Cícero

O reordenamento de escolas públicas feito pelo governo da Paraíba levou ao fechamento de 180 escolas, 11 delas em João Pessoa, deplorou Cícero Lucena (PSDB-PB). A medida transferiu alunos para longe de suas casas, impondo longos trajetos e risco de morte na travessia da BR-101. — Será que o governo fechou as escolas para transformá-las em delegacias ou presídios?

Comissão vai debater criação de currículo nacional unificado da educação básica

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou a realização de audiência pública sobre a proposta de criação de um currículo nacional único para a educação básica. A iniciativa foi sugerida por Armando Monteiro (PTB-PE), com o apoio de Cristovam Buarque (PDT-DF), que preside a CE.

De acordo com Armando Monteiro, a elaboração do novo currículo já vem sendo discutida no Ministério da Educação e deve ser objeto de debate também no Legislativo.

— As nações desenvolvidas têm promovido revisões e atualizações em seus currículos, uma vez que a educação é um instrumento central da competitividade de um país. As diretrizes hoje existentes

no Brasil ainda são muito abrangentes. Por isso, é importante que o Senado se prepare para esse debate.

Dos 11 itens da pauta, sete tramitavam de forma terminativa e não puderam ser votados por falta do quórum mínimo.

A pedido da relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), foi retirado de pauta o PLS 404/11, que institui a bolsa-artista.



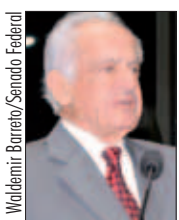
Cristovam Buarque (com Lídice da Mata) preside reunião da CE

Museu do Senado passará a se chamar Museu Itamar Franco

O Museu Histórico do Senado Federal será denominado Museu Histórico Senador Itamar Franco. É o que determina projeto de resolução (PRS 39/11) de José Sarney (PMDB-AP) aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). A decisão final caberá à Comissão Diretora.

O relator, Pedro Simon (PMDB-RS), considerou “muito justa e oportuna” a homenagem

ao senador e ex-presidente da República, falecido em julho de 2011. Eleito senador em 1974 e 1982, Itamar concorreu em 1989 ao cargo de vice-presidente do candidato a presidente Fernando Collor. Com o afastamento de Collor, tornou-se presidente em 1992. Em 1998, elegeu-se governador de Minas Gerais e, em 2010, foi novamente eleito para o Senado.



Waldemir Barreto/Senado Federal



Waldemir Barreto/Senado Federal



Waldemir Barreto/Senado Federal



Waldemir Barreto/Senado Federal



Waldemir Barreto/Senado Federal

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Pedro Franco/Senado Federal



Consulta ao SPC para contratação de empregados é criticada por Paim (D)

Subcomissão vai debater decisão do TST na segunda

A decisão da Justiça que permite às empresas consultar serviços de proteção ao crédito antes de contratar novos empregados será o tema do primeiro debate da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social deste ano, que acontecerá na segunda-feira. A subcomissão, presidida por Paulo Paim (PT-RS), definiu ontem os temas das audiências públicas que realizará ao longo do ano.

A situação dos aposentados e pensionistas do fundo de pensão Aerus será tema do segundo debate, dia 13.

Participaram da reunião de ontem representantes de sindicatos e centrais sindicais. Segundo Paim, há “uma investida muito grande por parte do poder econômico sobre os direitos dos trabalhadores”. Por isso, acrescentou ele, os debates a serem realizados tratam desses direitos “e visam fortalecer o que se conquistou na CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] e na Constituição”.

Durante a reunião, o senador criticou a recente decisão

do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que motivará a audiência de segunda-feira. Paim afirmou que a consulta a cadastros de devedores (serviços como o Serasa e o SPC) resulta em discriminação e deveria ser classificada como crime hediondo. Segundo Paim, muitos juízes não concordam com a decisão.

A audiência será realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), também presidida por Paim.

Aerus

Quanto à situação do Aerus, Paim vem reiterando que, após a quebra da Varig, os aposentados e pensionistas do fundo não recebem corretamente os seus benefícios.

Entre os outros temas a serem discutidos pela subcomissão, o senador destacou o fator previdenciário (que já foi tema de audiência esta semana na CDH); a proposta que institui piso salarial nacional para policiais e bombeiros militares (PEC 300/08); e a PEC 369/05, que prevê reforma sindical.

Defesa do emprego

Veja a lista de temas que serão discutidos em audiências pela subcomissão:

- Regulamentação do direito de greve do servidor público
- Criação do regime de previdência complementar do servidor público
- Fundos de pensões Aerus e homenagem póstuma ao advogado Castagna Maia
- Previdência Social (fontes de recursos)
- Alternativa ao fator previdenciário
- Política salarial para os aposentados e pensionistas
- Redução de jornada de trabalho sem redução de salário
- Negociação coletiva / liberdade sindical
- Saúde e segurança do trabalhador
- Qualificação profissional / ensino técnico
- Defesa da CLT
- Políticas de primeiro emprego
- Recursos para ampliação e qualidade do ensino técnico profissionalizante – Fundep
- Situação dos trabalhadores estrangeiros no país
- Trabalho no campo
- Trabalho escravo
- Trabalho da mulher
- Valorização das diferenças no mercado de trabalho
- Empreendedorismo afro – situação do negro no mercado de trabalho
- Debater a decisão do Tribunal Superior do Trabalho permitindo que o cadastro de inadimplentes (SPC/Serasa) seja utilizado como critério para a contratação do empregado
- Direito a reintegração dos soldados concursados e especializados na Força Aérea Brasileira
- Precatórios
- Simples trabalhista
- Código do Trabalho
- PEC 300/08 (piso salarial de bombeiros e policiais militares)
- Custeio das entidades sindicais
- Portaria 186
- Convenção 151 da OIT
- Qualificação profissional – Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas
- Estabilidade do dirigente sindical
- Jornada de trabalho
- Condições de trabalho na indústria da alimentação
- Ponto eletrônico
- Estatuto do Motorista
- Regulamentação da profissão de comerciários
- Piso salarial nacional e regional
- Interdito proibitório
- Direito de greve do setor privado
- PEC 369
- Desindustrialização/importações
- Rio+20 e a situação dos trabalhadores
- Terceirização
- O amianto e a saúde do trabalhador
- A criminalização dos movimentos sociais
- Cotas para negros nos concursos públicos
- A situação dos quilombolas (saúde, trabalho, terras e etc.)
- A situação dos povos indígenas e ciganos (saúde, trabalho, terras e etc.)
- Fiscalização e negociação com o Ministério do Trabalho e órgãos correlatos sobre a situação dos trabalhadores

Representantes de entidades de direito do consumidor e senadores apontaram os efeitos do aumento da demanda de passageiros pelo transporte aéreo. Empresas minimizaram teor e número de reclamações

Audiência evidencia os problemas da aviação civil

SENADORES SE UNIRAM a entidades de direito do consumidor no relato de problemas dos usuários do transporte aéreo de passageiros, em oposição ao representante das empresas aéreas, que minimizou a ocorrência de reclamações. Os representantes do governo mencionaram medidas em curso para atender ao crescimento da demanda no setor. Assim transcorreu audiência pública realizada ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sobre a qualidade dos serviços de transporte aéreo.

O grande aumento do número de passageiros — 15% ao ano, desde 2005 — foi destacado pelos participantes. Por outro lado, foram evidenciadas as

deficiências de infraestrutura que impedem os aeroportos de fazer frente ao avanço da demanda. Também foi criticado o desrespeito das companhias aéreas na comunicação com os usuários.

Rogério Coimbra, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR), e Danielle Alcântara, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), apontaram acertos nas estratégias de atuação articulada do governo, adotadas desde 2006, quando ocorreu a maior crise do setor, o chamado apagão aéreo.

De acordo com os gestores, atrasos e cancelamentos de voos verificados atualmente estariam próximos da normalidade, havendo ainda canais para comunicação direta entre

a Anac e os passageiros, para críticas e reclamações. Nesse aspecto, José Márcio Monsão Mollo, presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias, disse considerar pequeno o número de reclamações frente ao número de passageiros, que passou dos 80 milhões em 2011.

Em reação às declarações de Mollo, Eduardo Braga (PMDB-AM) disse desconhecer o quadro relatado pelo representante das empresas aéreas.

— Parece que vivemos em mundos diferentes, nós, os usuários do transporte aéreo, e os senhores que representam as empresas — disse o senador, ao apontar diversas dificuldades enfrentadas pela população que busca o transporte aéreo.



Márcio Kolumbe/Senado Federal

Rodrigo Rollemberg (E), presidente da CMA, José Márcio Monsão Mollo, Adalberto Vasconcelos e Juliana Pereira da Silva

Reclamações e ações judiciais mostram descaso

Os problemas dos usuários foram abordados por Maria Elisa Novais, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), e Juliana Pereira da Silva, diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça. Conforme observaram, as reclamações são frequentes, especialmente quanto a atrasos nos voos, furto e extravio de bagagem. Elas também apontaram aumento de ações na Justiça, evidenciando que o atendimento das empresas não tem sido suficiente.

Para Juliana Pereira, o maior acesso da população ao transporte aéreo é bom para consumidores e empresas, mas não tem sido acompanhado de garantia de direitos essenciais das relações de consumo.

— O Brasil é um país capitalista e não há problema que todos ganhem. No entanto, é preciso atrelar ganhos econômicos ao respeito aos consumidores.

Para Rollemberg, setor sofre “dores do crescimento”

O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), considera que o setor está “sofrendo as dores do crescimento” e precisa equacionar os problemas para responder de forma eficiente ao aumento de demanda. Ele defendeu o aperfeiçoamento de mecanismos administrativos para solução de falhas nos voos, reduzindo conflitos entre empresas e passageiros e evitando que o consumidor tenha que recorrer à Justiça.

Para Waldemir Moka (PMDB-MS) e Blairo Maggi (PR-MT), a insatisfação dos usuários é muito superior ao número de reclamações formais ou ações judiciais. Sérgio Souza (PMDB-PR) relatou casos de atrasos de voos ou cancelamentos durante escalas, quando os passageiros são mal atendidos e se limitam a reclamar no momento, junto ao funcionário da empresa, sem registrar e acompanhar sua queixa.

Senadores do Norte defendem aviação regional

Jorge Viana (PT-AC), Eduardo Braga (PMDB-AM), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) reclamaram da pouca oferta de voos dentro da região Norte e dos preços praticados pelas empresas. Um bilhete de ida e volta de Rio Branco a Brasília chega a custar R\$ 6.000, “mais caro que um bilhete de ida e volta à Europa”.

— Estamos com um dos maiores crescimentos da aviação civil no mundo e também com uma das tarifas mais caras do mundo — assinalou Jorge Viana.

Cícero Lucena (PSDB-PB) cobrou da Infraero o aparelhamento de pequenos e médios aeroportos.

Viana e Braga defendem a intervenção do Estado para garantir investimentos na aviação regional, com subsídios para permitir que mais empresas atuem no Norte, reduzindo custos e melhorando os serviços.

Três comissões, em conjunto, discutirão acidente que destruiu parte da Estação Comandante Ferraz; do debate, em data a ser definida, deverão participar o ministro da Defesa e o da Ciência e Tecnologia



Estação Comandante Ferraz: senadores discutirão incêndio que consumiu parte da base e promessas de reconstrução

Senado debaterá incêndio na estação da Antártica

UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA tratará do incêndio que atingiu no sábado a estação do Brasil na Antártica. No encontro, também serão debatidas as providências que o governo promete adotar para a reconstrução e a retomada das pesquisas do Programa Antártico Brasileiro (Proantar).

Requerimento com esse objetivo foi aprovado ontem pela

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A reunião, requerida pelo presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), será realizada em conjunto com as comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Para debater o acidente, serão convidados o ministro da Defesa, Celso Amorim, e o da Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp. Também serão convidados o comandante da Marinha, almirante Julio Soares de Moura Neto, o cientista da USP José Goldemberg e o pesquisador da UFRGS Jefferson Cardia Simões. A data ainda será marcada.

Para Davim, país não pode sair do "continente gelado"



O senador Paulo Davim (PV-RN) lamentou o incêndio que destruiu cerca de 70% da Estação Comandante Ferraz. Ele se solidarizou com as famílias dos dois militares que morreram combatendo o fogo.

Em pronunciamento, o senador falou da intenção anunciada pela presidente Dilma Rousseff de reconstruir a estação.

— O Brasil não pode abrir mão de pertencer ao seletivo grupo de países presentes no continente gelado — afirmou o senador, que visitou a base no ano passado.

Na visita, Paulo Davim afirmou ter constatado a presença de pesquisadores de órgãos como Petrobras, Inpe e Embrapa, além de cientistas de várias universidades, empreendendo pesquisas nas áreas solar, médica, geológica e biológica.

Ângela: regularização de posses em Roraima



A titulação de 18 mil ocupações de terra em 12 municípios de Roraima foi comemorada por Ângela Portela (PT-RR). A regularização ocorreu por meio de convênio com o governo do estado assinado pelo ministro do

Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, na segunda-feira, disse a senadora.

— As ações fazem parte do programa Terra Legal, que pretende regularizar 296 mil posses com áreas de até 15 módulos rurais em 67,4 milhões de hectares, distribuídos por 436 municípios de nove estados amazônicos — informou.

Congresso deve aprovar verbas para base, diz Raupp

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apoiou a promessa do governo federal de oferecer os recursos financeiros necessários para a reconstrução da base de pesquisas científicas da Marinha na Antártica, que foi destruída por um incêndio no último fim de semana.

Ele afirmou que o Senado está atento ao assunto e, se necessário, aprovará verbas extras não previstas no Orçamento deste ano.

— Diante dessa tragédia, o mínimo que podemos fazer é envidar todos os esforços para reerguer a Estação Comandante Ferraz e tornar o Programa Antártico Brasileiro ainda mais forte e atuante — disse.

Em discurso, Raupp expressou suas condolências às famílias dos dois militares mortos no incêndio.

Audiência vai discutir a preservação do Cerrado

A ocupação do Cerrado brasileiro será tema de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente (CMA), por requerimento de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). O objetivo é buscar informações que subsidiem a elaboração de projeto de lei de proteção ambiental do bioma. Serão convidados, entre outros, representantes do Ministério do Meio Ambiente, da Embrapa Cerrados e dos estados de abrangência do bioma, e produtores rurais com experiência de uso sustentável do Cerrado.

A CMA aprovou ainda outro requerimento de Rollemberg para realização de audiência pública, a ser marcada, com o secretário-geral da Conferência Rio+20, o diplomata Sha Zukang, que está em visita ao Brasil.

Senadores pedem rapidez na assistência ao Acre

Reconhecimento do estado de calamidade dos municípios atingidos pelas cheias no Acre e liberação de emendas parlamentares destinadas ao estado são algumas das medidas emergenciais reivindicadas pela bancada acriana no Congresso, que ontem se reuniu para debater soluções para o problema.

Segundo o senador Jorge Viana (PT), o Acre vive a maior tragédia natural em cem anos de história, com oito dos seus 22 municípios em situação grave devido à enchente do rio Acre, que já se encontra 3,6 metros acima da cota de transbordamento — 17,64 metros acima do nível normal.

Mais de 24 mil imóveis, enfatizou, foram atingidos na capital, Rio Branco, onde um terço da cidade está debaixo d'água, com alagamentos em 28 bairros e 14 comunidades rurais.

Cerca de 133 mil pessoas sofrem com os efeitos das cheias, 101 mil só em Rio Branco, de acordo com o senador Anibal Diniz (PT). Ele lembrou que as dificuldades de uma enchente não terminam quando as águas baixam, uma vez que aí começa a mobilização para desinfecção e reconstrução.

Em Rio Branco, com 20 escolas atingidas, cerca de 15 mil alunos da capital estão sem aulas. Os prejuízos calculados ultrapassam os R\$ 20 milhões, informou o senador Sérgio Petecão (PSD). As informações sobre as enchentes no Acre foram repassadas pelos três senadores do estado em pronunciamentos no Plenário.

Calamidade

Jorge Viana cobrou rapidez do governo no reconhecimento do estado de calamidade pública em municípios atingidos pela enchente, sobretudo a capital e a cidade de Brasileia, fronteira com a Bolívia.

O senador lembrou que na enchente de 1988 o então presidente da República, José Sarney, anunciou medidas emergenciais para a população como a liberação de recursos para reconstruir imóveis.

Em aparte, Sarney manifestou solidariedade à população do Acre. E disse que a presidente Dilma Rousseff vai atender as solicitações dos parlamentares e da população.

Recursos

Anibal Diniz informou que a bancada do estado, formada por oito deputados federais e três senadores, vai buscar o repasse imediato, pelo governo federal, dos R\$ 12,6 milhões pedidos pelo governo do Acre e dos R\$ 9 milhões pedidos pela Prefeitura de Rio Branco para o atendimento emergencial às vítimas.

A bancada também busca a liberação e o direcionamento dos recursos das emendas dos parlamentares do estado para as cidades atingidas.

Outra proposta surgida na reunião de ontem é conseguir uma reunião com a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

— O estado precisa de uma atenção especial da presidente Dilma Rousseff e dos ministros — disse Anibal.

Mais chuva

Sérgio Petecão pediu ajuda a todos os brasileiros para a população de seu estado. Ele informou que a Defesa Civil registrou nas primeiras semanas de fevereiro 77% mais chuva do que o esperado. E ainda deve continuar chovendo nos próximos dias.

— Não queremos nada demais. Queremos que o governo federal dê ao Acre a exata atenção que entendemos que o estado merece — reforçou o senador, que agradeceu ao Exército pela assistência à população atingida.

Governo estadual e prefeitura de Rio Branco pedem R\$ 21,6 milhões emergenciais



Viana cobra agilidade



Anibal fala em recursos



Petecão teme chuvas